

“A CABEÇA PENSA A PARTIR DE ONDE OS PÉS PISAM”: OS INTERESSES ESTADUNIDENSES E OS PENSAMENTOS DE FUKUYAMA E HUNTINGTON

Enderson Alceu Alves Albuquerque¹

Thiago Jeremias Baptista²

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as implicações da aproximação entre os intelectuais e o Estado por meio das principais produções científicas de Francis Fukuyama e Samuel Huntington e suas posteriores aplicações pelo governo estadunidense. Para tanto, traçamos inicialmente uma discussão teórico-conceitual a respeito da geopolítica, sua evolução e seu papel no cenário atual. Em seguida, apresentamos as bases principais das teses desses autores e suas insuficiências. Essa análise apontou que as formulações desses pensadores ora influenciaram as ações geopolíticas dos EUA ora foram influenciadas por ela, além de evidenciar o caráter nefasto oriundo da aproximação entre intelectual e Estado: a perda da criticidade dos pensadores.

Palavras-chave: Fukuyama; Geopolítica; Huntington.

LA CABEZA ESTÁ PENSANDO DE DONDE LOS PIES SON: TELEOLOGÍAS EN FUKUYAMA E HUNTINGTON

Resumen

Este artículo analiza las implicaciones de las relaciones más estrechas entre los intelectuales y el Estado a través de los principales trabajos científicos de Francis Fukuyama y Samuel Huntington y sus aplicaciones posteriores del gobierno del Estados Unidos. Por lo tanto, inicialmente dibujar una discusión teórico-conceptual de la geopolítica, su evolución y su papel en el escenario actual. A continuación se presentan las principales bases de las tesis de estos autores y sus defectos. Este análisis mostró que las formulaciones de estos pensadores veces influenciados USA. acciones geopolíticas, ¿ por qué fueron influenciados por él, y también pone de relieve el carácter nefasto que surge de la proximidad entre Estado e intelectual: la pérdida de pensadores críticos.

Palabras clave: Fukuyama; Geopolítica; Huntington.

¹ Doutorando em Geografia / PPGeo/UERJ. Email: endersonalbuquerque@yahoo.com.br

² Mestre em Geografia / PPGeo/UERJ. Email: thiagobapt@hotmail.com

Introdução

Inesgotável parece ser o debate a respeito das influências exercidas pelo meio sobre a personalidade do indivíduo. A respeito dessa discussão, Rousseau lega à sociedade a mazela do homem ao afirmar que ela o corromperia. Menos determinista que o filósofo francês, a Escola de Chicago, por meio da concepção ecológica da sociedade, se esforçou em analisar o grau dessa influência relativizando tal questão.

No campo da produção acadêmica, esquivando-nos da visão romântica e determinista de Rousseau, defendemos que o meio exerce inquestionável influência sobre o homem. O debate se ele será capaz de plasmar um homem bom ou mal foge as nossas possibilidades teóricas, pois não pretendemos nenhum determinismo geográfico. Limitando-nos ao campo de produção intelectual da geografia, percebemos o grande número de trabalhos, sobretudo monografias, e em menor número, porém significativo, dissertações e teses, nas quais o espaço em estudo é o lugar de vivência de seus autores, a justificativa da pesquisa é de cunho pessoal.

Há, todavia, a possibilidade desse elevado número de monografias de enfoque local se dever ao fato de o espaço conhecido ser, *a priori*, mais facilmente apreendido, logo podendo trazer mais segurança na produção da pesquisa. Entretanto, mesmo na produção acadêmica do maior nome da geografia brasileira, é notória a relação entre sua produção e o meio no qual ele estava inserido, conforme expõe Machado (2014). Dessa forma, a produção acadêmica, seja entre estudantes de graduação ou pós-graduação ou em um doutor *honoris causa* por onze universidades, como o caso de Milton Santos, é fortemente influenciada pelo meio. Assim, nesse artigo objetivamos estabelecer a aproximação entre espaço ocupado e produção acadêmica nas obras de Francis Fukuyama e Samuel Huntington. Nesse sentido, embora as formulações desses autores se centrem no estado estadunidense, suas repercussões se estendem praticamente a todo o globo terrestre, sendo este, então, nosso recorte espacial.

O recorte temporal utilizado para essa análise se estenderá de 1945, fim da segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, até o momento atual no qual ainda se verifica a presença do pensamento dos dois autores como orientadores da

geopolítica estadunidense. Em consonância a essa realidade, objetivamos responder, como questão central, até que ponto os interesses geopolíticos do Estado representados por estes influenciaram sua produção acadêmica- daí suas cabeças pensarem a partir de onde seus pés pisam- ou se suas “previsões” se efetivaram posteriormente na atuação desses estados como uma autoprofecia que se cumpre de forma que teríamos uma espécie de teleologias em seus discursos. Dessa questão, desdobram-se subquestões tais como, seria possível estabelecer com clareza a separação do acadêmico e do agente de estado no caso dos geopolíticos em questão? Quais foram os desdobramentos das políticas formuladas por esses autores para os conflitos geopolíticos sobretudo no advento da Nova Ordem Mundial?

Para respondermos esses questionamentos, dada a sua natureza altamente teórica, nos ativemos inicialmente às fontes relacionadas à geopolítica, como os trabalhos de Magnoli (1991), Vesentini (2003) e Ó Tuathail (2008) além das contribuições de outros autores, matérias jornalísticas veiculadas nos jornais O Globo e *The New York Times* no período pós 11 de setembro e de publicações internacionais como *The National Interest* e *Foreign Affairs*.

Enquanto a maior parte dos trabalhos tem como norte de sua análise o estudo das formulações desses intelectuais, nossa proposta não será negar tal contribuição, mas sim procurar compreender se ela está ou não condicionada ao espaço ocupado pelos autores em tela. Ou conforme aponta Moraes (1996, p. 21), procuraremos “a relatividade histórica”, nos esforçando para não “dissociar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção”.

Para alcançar tal intento, o trabalho será estruturado em duas partes. A primeira visará estabelecer uma discussão de base teórico-conceitual a respeito da geopolítica, enquanto a segunda parte pretenderá apontar, de forma crítica, as contribuições específicas dos autores supracitados sobre a temática em questão e as aplicações de suas teses por parte do governo dos Estados Unidos.

Na primeira parte do trabalho, na qual procuraremos estabelecer um debate acerca da geopolítica, sua evolução e seu papel atual, recorreremos às contribuições a respeito do conceito de geopolítica baseados em Vesentini (2003). Em seu artigo

“Choque de Ignorâncias”, Said afirma que Huntington é desajeitado como escritor e deselegante como pensador. Fukuyama, na visão de Ó Tuathail, tende para autoenganos ideológicos. Essas observações mostrariam apenas as insuficiências acadêmicas desses autores ou denunciariam um estelionato intelectual deles em favor das aspirações norte-americanas? Responder essa questão será o objetivo principal da segunda parte desse artigo, procurando, também, compreender os motivos desses autores terem tido espaços muito superiores aos conquistados por aqueles que criticaram suas teses.

Geopolítica: algumas notas

Até a década de 1970 a geopolítica caracterizou-se por um ostracismo por ter sido associada a estratégias militares e estatais de utilização e aplicação dos conhecimentos geográficos e espaciais. Segundo Vesentini (2003), a geopolítica passou a ser algo não recomendável ou mesmo banido do mundo acadêmico e científico. Somente no último quartel de décadas do século XX, os debates geopolíticos tornaram-se latentes. No Brasil, por exemplo, a retomada dos estudos geopolíticos evidencia o interesse sobre a temática, os eventos acadêmicos estão sendo realizados revigorando o debate no campo geopolítico.

A retomada pela geopolítica é patente. Além dos eventos acadêmicos, grupos de trabalho, livros, artigos se sucedem revelando a revalorização das relações entre poder, ou mais precisamente a prática de poder, e as áreas de influência de suas práticas no espaço geográfico. A demanda por repensar as relações espaço-poder ocorre significativamente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas nesse período a geopolítica ingressou numa crise. Somente a partir da década de 1970 a geopolítica é retomada não mais com idéias pragmáticas sobre poder marítimo e poder terrestre e geoestratégias para tornar um Estado potência mundial, e sim teorias a respeito do embate entre capitalismo e socialismo, da bipolarização do espaço político mundial e sob a lógica das perspectivas de uma terceira guerra mundial.

Na conjuntura internacional dos anos 1970 e 1980, a retomada dos estudos geopolíticos perpassa o holocausto nuclear, a corrida armamentista, bem como, um período em que os gastos militares atingiam cifras altíssimas. Nesse contexto,

Vesentini (2003, p. 26) aponta que “pensar a guerra (ou opor-se) tornou-se uma necessidade imperiosa para os movimentos sociais, as instituições de pesquisas e os intelectuais em geral”. Ainda de acordo com o aludido autor em meados da década de 1970, retomar a geopolítica não era mais algo considerado impróprio ou até perigoso, tal como tinha sido nos anos 1950.

Com as mudanças radicais ocorridas entre 1989 a 1991 – a crise do “mundo socialista”, o final da União Soviética e as redefinições no mapa-mundi –, indagar a respeito da nova ordem mundial – e, conseqüentemente, a respeito de quem vai dominar o século XXI, qual é ou quais são ou serão as novas grandes potências, como ocorre o exercício do poder no planeta etc. – impôs-se com um novo e importante objeto de pesquisas e reflexões. Portanto, é diante da passagem da bipolarização das relações internacionais à Nova Ordem Mundial que ocorreu a emergência de teses como o Choque de Civilizações *huntingtoniana*.

Mesmo com tal retomada no último quartel de décadas do século XX, os pressupostos dos geopolíticos clássicos foram deixados de lado. Segundo Vesentini (2000, p. 27) “na época da globalização e progressivo enfraquecimento dos Estados nacionais, de revolução-técnico- científica e seus efeitos sobre o poderio (inclusive militar) de cada Estado, aqueles pressupostos fundamentais caducaram”.

Neste sentido, o resgate de tais temáticas no artigo em tela vem como contribuição no sentido de preencher lacunas e visitar autores clássicos do pensamento geopolítico como Mackinder, Mahan, Haushofer a fim de evidenciar que a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Condição ainda influente nos estudos de Huntington e Fukuyama.

Fukuyama e Huntington: insuficiências acadêmicas ou estelionato intelectual?

Os cientistas sociais por vezes se propõem, tão somente, as interpretações dos fenômenos. Nesse sentido e, invertendo, por hora, uma metáfora bíblica, poderíamos dizer que na geopolítica, na maioria dos casos, a carne se faz verbo: os fenômenos se apresentam em sua materialidade e os geopolíticos partem para sua teorização, formulações, modelos. Ou seja, formula seus entendimentos a partir do fenômeno já posto. Nesse caso parece se encaixar a obra “O Fim da História” de Francis Fukuyama. Porém, o autor sobrecarregou as tintas nas suas teorizações

verbais a ponto de distorcer a realidade da “carne”, revelando a contaminação ideológica estadunidense presente em seu discurso. Por outro lado, para alguns autores apressados, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 revelam que o “verbo” de Samuel Huntington, naquela fatídica dada, tornou-se carne. Assim, em consonância ao axioma bíblico, nesse caso, de certa forma, o verbo se fez carne e habitou com grande maestria no meio intelectual e acadêmico.

Postas essas observações iniciais, pretendemos discorrer a respeito das validades das afirmações verbais de Fukuyama e questionar se, de fato, o “verbo” em Huntington se tornou “carne” com os atentados ao Pentágono e as Torres Gêmeas. Para tanto iniciaremos com as críticas as ponderações de Fukuyama pela ótica de Ó Tuathail (2008). Posteriormente faremos o mesmo com Huntington.

No texto ao qual se propõe introduzir a terceira parte do livro *The Geopolitics Reader*, Ó Tuathail trata do debate acerca da Nova Ordem Geopolítica Mundial e tece consideráveis observações a respeito do debate acadêmico em torno dessa questão. Seu marco inicial, segundo o autor, foi o fim da ordem bipolar, com a queda do muro de Berlim e o posterior colapso da União Soviética como estrutura imperial. A Guerra Fria, pontua o autor, não foi simplesmente uma relação antagônica entre EUA e URSS, mas sim a criação de um sistema complexo de controle geopolítico envolvendo questões econômicas, militares, culturais e intelectuais de ambos os lados. Dessa forma, seu fim, em 1991, representou um estado de vertigem, de confusão, no cenário geopolítico.

As instituições de papel central, que por tanto tempo viveram dos exageros e hipérboles da Guerra Fria (como o Pentágono e a CIA) viram-se, de repente, inchadas e sem sentido. Mesmo com todo aparato financeiro e tecnológico, essas instituições não foram capazes de prever a implosão da União Soviética. Tal colapso expôs não somente a decadência do comunismo; revelou, também, a falência intelectual das instituições ocidentais e dos especialistas geopolíticos os quais contaminados de tal forma com a ideologia da Guerra Fria, foram incapazes de prever o colapso soviético. Como forma de se legitimar novamente no novo cenário, as instituições associadas à segurança nacional, que com muito pesar reconheceram o fim da Guerra Fria, viram na invasão do Kuwait pelos iraquianos

uma razão capaz de sustentar uma “nova ordem mundial”. É nesse cenário que em outubro de 1989, o funcionário do Departamento de Estado norte-americano, Francis Fukuyama, escreveu um artigo intitulado “O Fim da História?”.

Associada primeiramente à Revolução Francesa, Fukuyama, baseando-se na interpretação de Alexandre Kojève sobre o trabalho de Hegel (embora alguns autores questionem o uso das contribuições do Hegel kojeveano por Fukuyama), afirma que estamos testemunhando o fim da história em que os Estados Unidos e a Europa Ocidental representariam o “Estado Universal Homogêneo” hegeliano.

O que estamos testemunhando [a perestroika e o colapso da URSS, a queda do muro de Berlim] não é apenas o fim da guerra fria, mas o fim da história como tal, ou seja, o ponto final na evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final do governo humano. (FUKUYAMA, 1992 apud VESENTINI, 2003, p. 63).

Fukuyama defende que a democracia liberal do ocidente é a melhor expressão das verdades universais, apontadas inicialmente pela Revolução Francesa (através dos princípios de igualdade e fraternidade). Para ele, o Ocidente representaria o estágio superior da condição humana, o auge da perfeição ao ter atingido o “fim da História”, ao ser “pós-histórico”, enquanto o restante do mundo ainda estaria se debatendo no “histórico”. A modernidade ocidental, exemplificada pela União Europeia e pelos EUA, seria altamente estável, pois nesses espaços “todas as contradições prévias são resolvidas e todas as necessidades humanas satisfeitas” (Ó THUATHIL, 2008, p. 105). Fukuyama, de maneira cínica, assevera que o igualitarismo da “América” moderna representa a sociedade sem classes imaginada por Marx. Ó Tuathail responde a essa visão tendenciosa (reveladora da preferência de Fukuyama para autoimagens idealizadas e autoenganos ideológicos) por meio de cinco argumentos assim sumarizados por nós.

Primeiro, é altamente questionável se um estado ditatorial, como foi o napoleônico, pode representar princípios como “liberdade e igualdade” e que tais princípios traduzem necessariamente o tipo liberal de democracia ocidental. Segundo, a divisão conceitual entre “Ocidente e resto do mundo” além de revelar o discurso dicotômico reinante durante a Guerra fria, mantém o desprezo pela geografia ao substituir as singularidades locais por universalidades idealizadas.

Assim, a leitura idealizada de conceitos imaginários do “Estado Universal Homogêneo” *hegeliano*, estendendo-se de Napoleão até a OTAN, e congregando estados totalmente diferentes como EUA, Japão, Coréia do Sul e China, denunciam, mais uma vez, o desprezo pela análise das estruturas geográficas dessas nações. Terceiro, a ideia de que “Estado Universal Homogêneo” exemplificado pela União Europeia e pelos EUA promove a estabilidade interna é ingênua, pois não considera as latentes contradições de classe, raça, identitárias, ambientais entre outras, acirradas, sobretudo, pelo processo de globalização. O quarto argumento, o qual sugere que haveria um recuo considerável dos conflitos internacionais à medida que as democracias liberais se expandissem pelo mundo com o declínio do marxismo-leninista, desconsidera o fato da complexidade dos estados com suas variedades de forças e ideologias capazes de levá-los a conflitos uns com os outros. Já o quinto argumento aponta o pressuposto segundo o qual os países que alcançaram “o fim da História” passariam a se preocupar mais com a economia do que com as questões políticas soa falacioso ao ignorar o histórico da Guerra Fria, quando a Europa Ocidental foi o local mais militarizado do planeta.

Apesar das limitações analíticas, a obra “O Fim da História?” ganhou relevante destaque na discussão estabelecida pós-queda do muro de Berlim. Se tal relevância, aparentemente, não pode ser creditada à qualidade de seus escritos, visto as consistentes críticas da qual ela foi alvo, como então explicar o espaço conquistado por essa obra? Vesentini (2003, p. 67) nos ajuda nessa compreensão. Segundo esse autor, Fukuyama “foi promovido pelas circunstâncias”: ele estava lotado no Departamento de Estado do governo estadunidense, assim “muitos viram com um evidente exagero- nesse seu artigo de 1989 uma ‘interpretação oficial’ do governo norte-americano”. Além disso, esse artigo se inseria em um momento no qual o presidente George Bush se esforçava em defender a cooperação internacional e o fim das agressões entre as nações. Dessa maneira, mais que a pessoa certa no momento certo, Fukuyama era o intelectual preciso com as idéias necessárias para as aspirações do governo Bush: sua cabeça pensava, coincidentemente, de acordo com o local onde seus pés pisavam.

Apesar das críticas, ou por conta delas, a certeza de Fukuyama parecia inabalável no sentido de apontar a superioridade do modelo Ocidental. Assim, três

anos a publicação do polêmico artigo, ele aprofunda sua tese em um livro intitulado “O fim da História e o Último Homem”. Como forma de validar seu discurso e defender a difusão da democracia liberal no planeta, o autor faz um inventário das nações que aderiram a esse modelo ao longo dos tempos. Segundo Vesentini (2003, p. 66) esses Estados seriam

somente três em 1790, 13 em 1940, trinta em 1975 e 61 em 1990; na década de 1970 as ditaduras foram derrubadas do poder na Europa [...]; na de 1980 ocorreu uma crise do autoritarismo na América Latina, em 1986 a ditadura Marcos foi derrubada nas Filipinas e nesse mesmo ano o general Shun deixava o poder na Coreia do Sul; isso tudo mostraria que os regimes autoritários foram alijados pela ideia de democracia.

A boa vontade de Fukuyama com a suposta expansão da democracia ocidental fez com que o pensador se utilizasse de argumentos parciais para sustentar suas teses como se limitar a análises numéricas somente em detrimento de uma discussão de mérito. Inquestionavelmente nos espaços citados por esse autor houve a expansão do modelo liberal. Porém, o autor omite que, de forma contraditória, as ditaduras apontadas por ele foram, em maior ou menor grau, antes de substituídas pela democracia, fomentadas pelo governo estadunidense.

Nesses casos se percebe que a intencionalidade do governo representado por Fukuyama tem por premissa a difusão da economia liberal, não necessariamente da democracia, pois se fosse essa intenção não haveria estímulos e patrocínios as ditaduras militares da América Latina no contexto da Guerra Fria, por exemplo. Nesse sentido, o argumento mundial declamado pelo então presidente George Bush, segundo o qual cabia aos Estados Unidos “o árduo trabalho de levar a liberdade para o resto do mundo”, sugere sustentáveis relativizações. Antes defender as relações econômicas com os países, mesmo que isso pressuponha a necessidade de supressão da democracia. Se essa lógica valeu para períodos passados, como garantir que ela não será reeditada em períodos futuros com o patrocínio dos mesmos norte-americanos caso a necessidade obrigue?

Ainda nesse livro (FUKUYAMA, 1992) o autor se vale da ideia do “último homem” de Nietzsche, que segundo a leitura do nipo-americano, emergiria com a universalização do Estado liberal e se caracterizaria por plasmar um homem sem

causa para lutar devido ao clima pacífico mundial oriundo da adoção da democracia ocidental pelos países. Dialogando com o filósofo alemão, para quem esse “novo homem” surgido com o fim da História seria medíocre (VESSENTINI, 2003, p. 66), Fukuyama diz que a noção do homem de caráter belicista deriva de Hobbes, entretanto, esse “novo homem” não estaria isento de desafios, pois, segundo sua tese haveria o fim da História (com h maiúsculo) e não da história, como eventos envolvendo a humanidade.

Dessa forma, enquanto Fukuyama trabalha com a ideia de que a democracia liberal do Ocidental é o modelo social melhor gestado pela humanidade e, por conseguinte, deveria ser expandido para as demais regiões do mundo, Huntington chama a atenção para a discussão cultural em um mundo multicultural. Essa condição multiculturalista funcionaria como empecilho para a expansão dessa democracia em civilizações como a islâmica, por exemplo - desafio esse não aprofundado por Fukuyama sobre a eventual capacidade dessa democracia em ser universalista. Nesse sentido, a tese sobre os choques de civilização atrita com a noção de fim da História de Fukuyama, uma vez que Huntington não crê na expansão da democracia ocidental a todas as civilizações (VESSENTINI, 2003).

Embora apresente formulações de base cultural para o debate geopolítico, fato merecedor de destaque posto que poucos trabalhos contemplem essa categoria nesse circuito, a apropriação do pensamento *huntningtoniano* pelo governo dos Estados Unidos não se fez devido a sua contribuição cultural. O governo se apoderou de suas teses, sobretudo para legitimar a separação entre nós (Ocidentais) e eles (islâmicos). Ademais, é preciso lembrar que o ensaio que alçou Huntington ao estrelado acadêmico foi produto de um projeto intitulado, sugestivamente, de “Mudanças no Campo da Segurança e interesses Nacionais Norte-americanos”. A partir dessas considerações, teceremos algumas observações a respeito de “Choque de Civilizações”.

Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos de Harvard e professor de relações internacionais, Samuel Huntington, no seu ensaio intitulado “Choque de Civilizações”, publicado em 1993 na *“Foreign Affairs”*, defende a ideia segundo a qual

a principal fonte de conflito nesse novo mundo não será mais preferencialmente ideológica ou econômica. As grandes diferenças entre os homens e as principais fontes de conflitos serão no campo cultural. As nações-Estados continuarão a ser atores poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de fratura entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro (HUNTINGTON, 1993, p. 1).

Huntington declara a existência de oito civilizações (Ocidental, Africana, Islâmica, Sínica, Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana e Japonesa), destacando como eixo central de sua análise o conflito entre o Ocidente (EUA e Europa) e o “resto” – nessa análise o Japão é ambigualmente considerado Ocidental.

As interpretações apressadas no contexto dos atentados de 11 de setembro de 2001 e motivadas pelos impactos global dos atentados terroristas, instantaneamente levaram os analistas televisivos a citarem a obra “Choque de Civilizações?” como central para a análise do ocorrido em razão da insegurança gerada pelo repentino atentado. O livro de Huntington foi alçado à categoria de clássico dado a ajuda da mídia televisiva e sua capacidade de forjar um mito ao levar seu pensamento a pessoas fora do pequeno e limitado circuito acadêmico. Destacaram-se a qualidade do autor em antever os aspectos culturais como os principais motivadores dos conflitos geopolíticos após o final da Guerra Fria.

À medida que as análises sobre o trabalho do autor se ampliavam, o caráter profético do estadunidense alcançou um debate igualmente global. Apesar da difusão dessa obra nas mais diversas partes do planeta, o entendimento da comunidade acadêmica internacional foi, em um primeiro momento, no sentido de reforçar o brilhantismo analítico de Huntington. No Brasil, por exemplo, a confirmação da análise desse autor com o 11/09 é amplamente aceita em livros didáticos para o ensino médio que apresentam essa associação.

Poucas foram as vozes que de imediato se levantaram para apresentar as fragilidades dos argumentos de Huntington. Quanto a essa constatação é preciso lembrar que o imediato pós 11/09, devido à comoção mundial gerada pelo forte aparato mundial dos Estados Unidos, fez com que qualquer voz que saísse em defesa dos muçulmanos fosse considerada defensora de terroristas, pois islamismos e

terrorismo, naquele período caótico, eram entendidos como sinônimos. Defender a separação dessas categorias exigiria um grau de reflexão a qual o governo e a sociedade estadunidenses não pareciam estarem dispostos a fazer. No sentido de reforçar essa associação, cadeias de Tv's daquele país apresentavam flashes com imagens de pessoas em países islâmicos supostamente comemorando o sucesso dos ataques em solo norte-americano.

Era preciso reforçar as idéias de autores que construía interpretações do mundo que corroborassem com os interesses geopolíticos do governo estadunidense. Dessa forma, Huntington é alçado à categoria de mestre geopolítico com todas as benesses que a estrutura oficial do governo pôde oferecer, e sua obra ganha mais espaço que de outros autores. Em que pese à comoção referente ao número de mortes e a repressão intelectual do governo estadunidense, vozes contrárias as afirmações *huntingtonianas* emergiram paulatinamente.

Recentemente, no site da revista de maior circulação do país³, o colunista Rodrigo Constantino, refletindo sobre o tratamento dispensado a comunidade internacional ao grupo ISIS, escreveu:

Aqueles que acham que se o Estado Islâmico for simplesmente deixado em paz não irá partir para o terror contra o Ocidente vivem em outra galáxia, não entenderam nada. Deveriam ler urgentemente *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington. O lado de lá está recrutando gente alienada do lado de cá, sedenta por sangue, por destruição niilista. Não se combate isso com uma conversa durante o chá das cinco, e sim com força e determinação. Diria que a reação ocidental começou tarde, isso sim.

As declarações do colunista corroboram com o brilhantismo analítico de Huntington ao sugerir a leitura “urgente” de seu trabalho para aqueles que insistem em não associar islamismo e terrorismo. Fica claro que, no caso do Estado Islâmico, devido o seu *modus operandi* para criação de um Califado, essa separação requer um grau de reflexão mais profundo nos forçando a concordar, ao menos em parte, com o colunista. Quanto às suas ponderações dualistas - “O lado de lá está recrutando gente alienada do lado de cá”-, é preciso fazer duas ponderações: a

³ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/tags/homeland/> (acesso em 26/08/2014)

primeira é que elas exemplificam um pensamento do governo estadunidense de polarizar o mundo. Sobre essa questão, Ó Tuathail (2008, p. 111) enxerga nesse discurso, em termos ideológicos a continuação da Guerra Fria como uma luta civilizacional com um nome diferente desenvolvido sob uma base a-histórica.

A segunda ponderação diz respeito a não necessidade de demarcar nossa posição entre o “lado de lá ou de cá” como no período bipolar, até mesmo porque, segundo o próprio Huntington, essa escolha era possível naquele momento. Na atual guerra civilizacional o que determinar seu lado não são suas identificações ideológicas, mas sim sua etnia, o que você é e não aquilo que você pensa. Nesse contexto, na partilha de Huntington, nós, os brasileiros, somos da civilização Latina, não somos ocidentais. Mas ainda que queiramos tomar um lado desse conflito, tentar restringir o que vem a ser o outro “lado” somente balizado pelas ações do Estado Islâmico é apequenar a discussão e apenas atende aos interesses daqueles que buscam adesão mundial para sua luta em tentar reaproximar todo o islamismo do terrorismo.

Nesse sentido, Edward Said tece uma crítica mais aguda a Huntington, sobretudo a respeito de sua ênfase quanto às tensões geopolíticas entre a civilização ocidental (EUA e Europa) e a Islâmica. Parte de sua crítica será na tentativa de desconstruir as observações daqueles que viram nos atentados de 11 de setembro (e que agora podemos adicionar as ações do ISIS) a confirmação das teorias de Huntington. Said argumenta sobre o risco de se tomar a atitude de um grupo radical religioso como sendo a postura de todos os seus membros, nos lembrando que as atitudes de cristãos como Jim Jones ou da *Ku Klux Klan*, nunca foram entendidas como pratica defendida pelo cristianismo em sua extensão.

Huntington afirma, também, que é “por cultura é que se morre” (VESENTINI, 2003, p 55). Assim, seria necessário recriar um mapa mundial no qual esse elemento fosse destacado. Mais a frente, o autor pontua que as possibilidades de encontros entre pessoas de civilizações distintas proporcionados pela globalização, plasmariam processos antagônicos: exporia suas similaridades culturais, o que, segundo ele favoreceria a possibilidade de formação de blocos econômicos baseados nas convergências culturais, mas ao mesmo tempo, aumentaria o

sentimento de “aversão” entre as pessoas, pois é a partir do encontro entre os diferentes que essas diferenças são notadas e acentuadas. Entretanto, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 88-89) tecem um contraponto à proposta colocada por Huntington, o hibridismo cultural. Diferentemente da ideia sustentada por Huntington, segundo essa tese,

o mundo não estaria reforçando sua diferenciação em termos de grupos e áreas de identidades culturais claramente definidas, mas, ao contrário, estaria sofrendo um gradativo processo de desenraizamento, miscigenação e trocas culturais que levaria ao domínio de processos “híbridos”, combinações diversificadas de traços culturais em que as “identidades”, em seu sentido tradicional, não seriam passíveis de delimitação.

O pensamento *huntingtoniano* expresso em sua obra de maior relevância internacional apresenta algumas fragilidades. Outros autores apontaram seus atropelos analíticos. Mahbubani (1994), por exemplo, questiona se de fato a civilização islâmica é tão coesa assim, a ponto do autor estadunidense elencá-la como a grande ameaça aos EUA e se é possível considerar uma aliança entre as civilizações confuciana e islâmica quando a primeira tem a maior parte de sua dinâmica econômica atrelada ao Ocidente. Chiappin (1996), por sua vez, chama atenção para a tensão entre essas três civilizações como algo próximo a divisão mundial imposta no período da Guerra Fria entre países do 1º, 2º e 3º mundos. Nesse sentido, Ó Tuathail (2008) acrescenta que o raciocínio estratégico neoconservador de Huntington, muito comum entre os intelectuais estabelecidos no seio do estado, se presta a legitimar novamente a “sociedade de segurança nacional” reestabelecendo todo aparato burocrático dessas instituições.

O desprezo de Huntington em relação aos conflitos intracivilizacionais, também é apontado como preocupante ao tentar requintar as idéias de harmonia na sociedade norte-americana aventada anteriormente por Fukuyama. Esse dado aponta conseqüentemente, para a desconsideração dele em relação aos Direitos Humanos. Huntington alude a respeito da necessidade de cada civilização ter um “Estado-núcleo”. Segundo o autor, essa categoria corresponderia a um Estado que fosse o líder desse bloco e nele, o Estado-núcleo estava liberado para fazer o que bem entendesse e não deveria intervir em outras civilizações, mesmo que fosse para salvaguardar direitos humanos.

Considerações finais

Ó Tuathail salienta que embora a Guerra Fria tenha acabado, ainda persiste uma Guerra Fria no campo estratégico-militar, dos intelectuais e mesmo da política. A nova (des) ordem mundial estabelecida após a queda do Muro de Berlim se apresenta com transformações tão complexas que não podem ser reduzidas a termos e oposições previamente formuladas. Dessa forma, o autor recusa as análises daqueles que nos tentam vender um mundo onde os dramas são simples, as identidades são puras e os antagonismos claros. “A heterogeneidade geográfica e o hibridismo do mundo são sempre mais complexos que os mapas geopolíticos dos mesmos” (Ó TUATHAIL, 2008, p. 113). Apesar dessa análise serena, apontando as armadilhas de se tentar encerrar a multiplicidade dos fenômenos do mundo a modelos, até certo ponto “simplistas”, duas obras erigidas nesse contexto e com esse propósito foram merecedoras de destaque: “O Fim da História?” e “Choque de Civilizações”.

Dessa maneira, o artigo que por ora finalizamos procurou discutir como os pensamentos de Fukuyama e de Huntington foram apropriados pelo governo estadunidense. Reconhecendo a grandeza das obras supracitadas, que não se tornaram o que são apenas por serem geridas no seio da potência mundial monopolar, como defendem alguns, não nos propusemos a diminuí-las, procuramos apontar suas fragilidades visto que suas validades já foram salientadas mundo afora. Fukuyama teve a coragem de propor o improvável do ponto de vista do processo histórico enquanto Huntington teve o mérito de esboçar uma análise balizada na perspectiva culturalista para os confrontos mundiais. Em que pese suas insuficiências, temos que admitir o ineditismo e a coragem presentes nesses trabalhos.

A primeira obra, de autoria de Francis Fukuyama, saiu-se melhor que encomenda para as pretensões estadunidenses em dar publicidade a sua vitória ante o projeto marxista-leninista representado pela União Soviética. “O Fim da História?” apresentava a democracia Ocidental como modelo melhor acabado da experiência humana sob a Terra, aquilo que seria o “Estado Universal Homogêneo” de Hegel. O trabalho do nipo-americano casava-se perfeitamente com o discurso

geopolítico do governo Bush à época. Nesse sentido, cabe questionar se foram às proposições de Fukuyama que influenciaram a política internacional dos Estados Unidos ou se as pretensões norte-americanas contaminaram a obra do autor. Segundo o escritor Millôr Fernandes (2002, p. 190) “o comunismo era uma espécie de alfaiate que quando a roupa não fica boa faz alterações no cliente”. O lado contrário ao comunismo, portanto, não podia recorrer ao mesmo expediente. Por isso se esforçou em contratar um bom “alfaiate” para que suas idéias, respaldadas por argumentos “acadêmico-científicos”, validassem a postura estadunidense e, nesses termos, talvez Fukuyama tenha sido um dos melhores alfaiates ao qual o governo do tio Sam pudesse utilizar naquela conjuntura.

Em Huntington, embora não parece ficar claro a “encomenda” dos argumentos e suas proposições, em alguns casos, atritam com defendidas em “O Fim da História?”, assim como ocorreu com Fukuyama, suas idéias foram apropriadas pelo governo dos Estados Unidos e, em seu caso, para edificar uma nova guerra santa pós 11/09. Nesse caso, a tese dos pensamentos balizou, em parte, as ações. Assim, com Huntington, parece ficar claro que os analistas políticos com bom trâmite no Estado têm a incrível capacidade de acertar exatamente aquilo que decretam.

Apesar dessa distinção entre os autores, o cerne de seus argumentos beneficiou as pretensões geopolíticas do governo dos Estados Unidos. A proximidade entre o pesquisador e o objeto de estudo eleva as possibilidades da inserção de paixões na feitura do trabalho. A imparcialidade, tão necessária e alardeada aos trabalhos acadêmicos, é sabidamente impossível, mas as distorções da realidade em prol de um projeto de poder é notadamente lamentável.

A submissão, em maior ou menor grau, desses autores ao aparelho estatal lhes tira algo imprescindível ao trabalho do intelectual. Sobre essa questão, são dignas de nota as palavras de Milton Santos em entrevista ao programa Roda Viva⁴. Nela, o geógrafo diz que “o intelectual se caracteriza pela sua força crítica e quem dotado de força crítica for, jamais vai imaginar que há uma só perspectiva, uma só

⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G9WoAjHEGBc> (acesso em 30/08/2014)

alternativa". Tal observação pode ser considerada para a tese central de Fukuyama. Mais adiante, ele assevera: "não se pode ser intelectual e estado e quando os intelectuais decidem serem estado eles abandonam sua capacidade crítica, sua vontade crítica e traem a sua missão". Tal observação pode ser considerada tanto para Fukuyama quanto para Huntington.

Referências

CHIAPPIN, José R. Novaes. **O paradigma das civilizações e a nova estratégia da contenção**. Coleção Documentos. São Paulo: IPEA/USP, 1996.

FERNANDES, Millôr. **Millôr Definitivo: A Bíblia do Caos**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Record, 1992.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. "The Clash of Civilizations?". New York: Foreign Affairs, 72, 1993.

_____. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon and Schuster, 1996.

MACHADO, Mônica Machado. **A Força do Lugar na Obra de Milton Santos**. In: MARTIN, André Roberto; MACHADO, Mônica Sampaio (orgs). Dicionário dos Geógrafos Brasileiros. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014. p 133-166.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. Brasília: Editora Brasiliense, 1991.

MAHBUBANI, Kishore. **Civilizações ou o quê? Paradigmas do mundo pós-Guerra Fria**. Política Externa. São Paulo, vol. 2, n. 4, mar. 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Introduction to Part Three**. In: The Geopolitics Reader. London. New York, 2008, p. 103-113.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2003.

Recebido em 16.11.2016.

Publicado em 27.02.2017.